

## **Ata da 13ª Reunião do Conselho Consultivo dos PARNAS Aparados da Serra e Serra Geral**

Ao décimo oitavo dia do mês de abril de dois mil e cinco, às quatorze horas, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores de Cambará do Sul, estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os membros do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral para tratar dos assuntos propostos como pauta na última reunião do Conselho. Dando início à reunião, o Sr. Renzo abriu o encontro do conselho consultivo, solicitando ao Sr. Pedro a leitura da ata da última reunião. Retornada a palavra ao Sr. Renzo, este passou a explicar sobre as pendências elencadas na última assembléia. Frisou que o adiamento repetido das reuniões se deu por motivos de força maior. Falou sobre a questão da regularização fundiária, e que o levantamento está impedido em algumas propriedades do PNAS. Foram feitas observações sobre a linha de transporte Criciúma-Caxias do Sul.

O Sr. Renzo sugeriu então a abertura da discussão sobre os temas para discussão em plenária, porém ainda surgiram algumas dúvidas a respeito da ata anterior. Uma delas dizia a respeito da arrecadação dos PARNAS, a qual é dirigida integralmente para Brasília. Foi averiguada a possibilidade de o conselho fazer uma solicitação para o aproveitamento da verba diretamente na própria região. Entre as intervenções do Sr. AETURCS, sobre assuntos como a arrecadação do parque e as prerrogativas do conselho, foi-lhe explicado que a sistemática é dada pela lei do SNUC. A Sr. Luciana exemplificou com o caso do PARNA da Lagoa do Peixe.

Considerações sobre a infraestrutura dos PARNAS e da região foram abordadas e concluiu-se que quando ocorrer o futuro asfaltamento da rodovia que liga as sedes dos municípios de Cambará do Sul/RS e Praia Grande/SC o influxo de turistas deve aumentar, ocasionando o aumento de problemas ambientais relativos à visitação.

Sr. Secretário de Praia Grande indagou sobre a compensação ambiental referente à duplicação da rodovia BR101, sendo que o Sr. Renzo esclareceu que o maior montante de recursos seria encaminhado para o Parna de São Joaquim e que apenas uma parte seria destinada para os PARNAS de Aparados da Serra e Serra Geral. A Sra. Rosângela solicitou a apresentação da Sr. Luciana e solicitou-lhe a possibilidade de uma reunião a cerca do aproveitamento da bilheteria. O Sr. Renzo propôs a criação de uma comissão para discutir o assunto, sendo que a discussão passou a seguir este rumo, discutindo a paridade, a formação do grupo, etc. O Sr. Secretário de Turismo de Jacinto Machado sugeriu uma pauta sobre a visitação de áreas hoje não utilizadas para o turismo, perguntando sobre o cânion Fortaleza e a implementação de infraestrutura. O Sr. Renzo expôs as ações em desenvolvimento, as prioridades e perspectivas futuras. Falou sobre a possibilidade de convênios e da possível implantação de uma base no município de Praia Grande/SC. O Sr. Secretário de Turismo de Jacinto Machado falou sobre o centro temático que seria de interesse da comunidade, e preocupações da prefeitura municipal sobre o domínio, a padronização e outros assuntos pertinentes. O Sr. Pedro falou sobre o conceito de centro temático e a visão existente dentro do plano de manejo. JM colocou a possibilidade de congregação dos setores econômicos no referido projeto. Sr. AETURCS pediu informações sobre o centro temático, e explicou sobre as identificações entre os municípios de Cambará do Sul/RS, Praia Grande/RS e Jacinto Machado, sugerindo uma comissão para estudar o assunto do turismo regional. JM falou sobre o projeto por eles elaborado, o qual será apresentado em um encontro na cidade de São Paulo/SP, o qual envolve os 15 municípios da região sul do estado de Santa Catarina, comunicando que também envolveram a região serrana, mas no entanto ainda há a demanda levantamentos e estudos para a região. O Sr. AETURCS manifestou interesse nesta ação regional.

O Sr. APCE falou sobre o conselho regional turístico e sua criação envolvendo os três municípios. Sr. Iran lembra a importância dos assuntos previstos na pauta, colocando que estes é que devem ser abordados. O Sr. Seno volta à questão da reivindicação de fundos dos PARNAS, da regularização fundiária e a estruturação da visitação, solicitando a priorização deste último tópico. A Sra. Rosângela insiste na importância da questão fundiária. O Sr. Renzo fala sobre a questão e o andamento dos procedimentos. Sr. Rosângela fala da incorporação do sindicato rural nos procedimentos de levantamento e regularização fundiária. O Sr. Renzo continua a explicar sobre a regularização fundiária, o trabalho da empresa Geolinks e as próximas etapas a serem cumpridas. A Sr. Luciana fala sobre a questão, as demandas relacionadas ao setor de regularização fundiária do IBAMA em Brasília e alguns andamentos que serão dados. Coloca a questão que a titularidade das propriedades e problemas de domínio emperram a questão. A Sr. Luciana realiza colocações sobre como a comunidade convive com os PARNAS e a

interação entre IBAMA e sociedade. Aborda a problemática institucional da relacionada a regularização e os entraves associados. Surge uma discussão sobre a questão da dificuldade da medição na área do Morro Agudo/Quebra Cangalha e sua importância para a agilização da regularização das terras. São citados os problemas fundiários que também envolvem a região de Mãe dos Homens no município de Praia Grande. Sr Iran questiona a valorização das terras na questão fundiária e as discrepâncias no valor das indenizações. Sra Luciana esclarece algumas dúvidas, baseando-se em sua experiência no INCRA. A Sra Rosângela fala sobre a importância da associação dos proprietários e a necessidade de estes buscarem acompanhamento jurídico. O Sr Leandro da APECAM, pergunta sobre o fim do levantamento, a aplicação de recursos e a execução do cronograma, não só para a questão fundiária como também para a área turística (canionismo). Explana sobre a possibilidade de agilizar a questão do voluntariado na fiscalização e controle da visitação. O Sr Iran pergunta sobre permuta de terras dentro e fora dos PARNAS como forma de agilizar a regularização fundiária. A Sra Luciana faz colocações sobre o assunto, realizando paralelo com reassentamento de populações tradicionais e critérios para valorização da terra. A Sra Rosângela ressalta a necessidade de participação da Gerência Executiva do IBAMA do estado de Santa Catarina, opinião compartilhada por diversos outros participantes, reafirmado a questão. O Sr Secretário de Praia Grande falou sobre a importância das indenizações de terras no município de Praia Grande que hoje se encontra contemplado como a sociedade local desejaria.

Ocorre uma mudança na pauta efetuada pelo Sr Renzo que encaminha a discussão para o licenciamento do plantio de exóticas no entorno dos PARNAS e tece esclarecimentos sobre a constituição de um grupo de trabalho do IBAMA para a parametrização do licenciamento. Ressalta que tem três solicitações encaminhadas, das quais, uma a mais de quatro meses, e diz que dentro de um mês espera estar tudo regularizado. Sobre as espécies exóticas, o Sr Renzo fala sobre a erradicação do tojo no entorno. O Sr Leandro fala sobre os corredores ecológicos e o plantio de pinus, interrompendo-os. O Sr Zancan fala sobre o grupo de trabalho sobre licenciamento de pinus (FEPAM, universidades, produtores) e os procedimentos e suas exigências hoje tão complexos que o inviabilizam, esclarecendo que dentro de 6 meses novos procedimentos mais amigáveis devem sair.

A Sr Rosângela questiona sobre questão da rizicultura em Praia Grande e o Sr Renzo fala de contatos com a procuradoria sobre a questão e os problemas relacionados com o plano diretor do referido município. Sr Secretário Praia Grande questiona sobre a definição da delimitação da Zona de Amortecimento dos PARNAS em Praia Grande e Jacinto Machado.

O Sr. Renzo muda a pauta para a questão do canionismo, ressaltando a necessidade de estruturação para o início das atividades. A questão jurídica é levantada, principalmente sobre a responsabilidade criminal do Estado durante a prática do canionismo. A Sra Luciana faz colocações sobre o Estado como réu na atividade, por estar dentro de unidade de conservação federal. O Sr Leandro questiona sobre o cronograma e ações necessárias para implementação do Plano de Manejo neste setor de atividade. A Sra Rosângela coloca sobre a necessidade da associação das entidades congêneres para auxiliar na agilização do processo. A Sra Fernanda fala sobre a priorização de regularização fundiária para o início da atividade de canionismo, a qual é um dos entraves para a implantação deste esporte radical. O Sr Andrews da ACONTUR pergunta sobre o camping e saída do pessoal com equipamento e qual o procedimento do IBAMA sobre a questão. O Sr Renzo esclarece que o pessoal quando abordado é autuado por infração ambiental.

A seguir foram feitas propostas pelo Sr Renzo sobre os grupos de trabalho e sobre as questões abordadas como: regularização fundiária, canionismo e turismo. A Sra Luciana fala da necessidade de integração dos estados RS e SC. Daqui pra frente Sra Luciana X Sr Pedro na questão da permissividade ou não das atividades de ecoturismo e seus relacionamentos com o Plano de Manejo.

Fim da Reunião.